

Estudos de Género, Discursos e Representações

Clara Sarmento¹

(Centro de Estudos Interculturais
ISCAP-P.PORTO, Politécnico do Porto)

Os Estudos de Género contemporâneos prestam especial atenção às vozes das mulheres silenciadas e às práticas ignoradas do seu quotidiano, problematizando o que sucede – ou pode suceder – quando a essas mulheres é permitido não só possuir um espaço social próprio (“a room of their own”, para citar Virginia Woolf), mas também uma voz própria.

A hegemonia de género, sob a qual ainda e sempre vivemos, evoca por vezes o “orientalismo” de Edward Said, essa representação artificial daquilo que o não-oriental transformou em símbolo, em estereótipo, de todo o oriente, nomeadamente quando Said recorda a frase de Karl Marx “Eles não podem representar-se a si próprios; têm de ser representados”. E isto também se aplica à representação essencialista da mulher, construída através de estereótipos eternizados pelos media, pela cultura popular e pelos discursos da sociedade em geral, espelhando a teoria de Said de que os indivíduos dominados (as mulheres, tal como os “orientais”) nunca falam de si mesmos, têm de ser representados, alguém tem de falar por eles.

Mas como poderá o relato da vida quotidiana contribuir para os Estudos de Género, na atualidade? A vida quotidiana manifestar-se-á de modo similar nos centros e nas periferias do sistema capitalista global? Como se inscrevem as possibilidades de emancipação nas práticas quotidianas de indivíduos e de grupos específicos, com os seus potenciais de autonomia, de dissidência ou, pelo contrário, de conformismo? Que implicações têm recentes as transformações e as velhas continuidades na vida quotidiana, na definição das

¹ Doutorada em Cultura Portuguesa, dirige o Centro de Estudos Interculturais do Politécnico do Porto (www.iscap.pt/cei/), onde é Professora Coordenadora com *tenure* e Directora do Mestrado em Intercultural Studies for Business (www.iscap.ipp.pt/cursos/mestrado/20000248). Foi vencedora do ‘American Club of Lisbon Award for Academic Merit’ e do Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais da Universidade de Coimbra. É autora de inúmeros livros, ensaios e conferências sobre Estudos Anglo-Americanos e Literatura e Cultura Portuguesa, Estudos Culturais, Interculturais e de Género.

identidades e nos poderes de género?

Baseado no conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu, André Lefevre demonstrou como os discursos atuantes numa cultura podem sofrer todo o tipo de variações de *status*, tanto temporal como intercultural. Ao discutir as questões de género na tradução, também Sherry Simon salienta que os espaços que, em tempos, foram identificados como sendo universais (tal como o cânone literário, o espaço público democrático ou o ideal de cidadania) foram agora expostos como sendo essencialmente expressivos de valores masculinos, brancos, europeus e de classes privilegiadas.

Por esta razão, as histórias de vida, os estudos de caso e as entrevistas com mulheres de todas as idades, habilitações e proveniências deverão ser considerados materiais sérios e valiosos para os Estudos de Género, capazes de gerar teorias realmente abrangentes. As narrativas anteriormente silenciadas das mulheres, em geral, e das mulheres não-brancas, não-europeias, não- privilegiadas, em particular, devem receber um novo papel numa grelha cultural moderna, transnacional e interdisciplinar, em que as pequenas vozes se sobrepõem aos grandes livros e o espaço privado se sobrepõe ao espaço público, fazendo emergir as narrativas do quotidiano comum, lidas e decodificadas no seu próprio contexto. Quando se escutam as vozes das mulheres e as suas histórias de vida, conhecem-se as suas verdadeiras experiências, certezas, incertezas e necessidades. Porque as narrativas de vidas reais – produzidas por seres humanos com uma voz, um rosto e um nome – criam espaços de empatia e, conseqüentemente, os projectos de ação e de investigação daí decorrentes alcançarão resultados e objetivos efetivamente úteis.

Hoje em dia, várias formas tradicionais de estereótipos decorrentes da hegemonia de género têm vindo a ser substituídas por outras formas, tanto ou mais poderosas, se bem que dissimuladas. Foucault escreveu que o poder está em toda parte, não porque abrange tudo, mas porque provém de tudo, e isso é bem visível na cultura popular moderna – na música, no cinema, na televisão, na web, na imprensa, na publicidade – que tantas vezes emerge como uma nova forma de reforçar velhas estruturas de poder. Uma narrativa publicitária ou ficcional da cultura de massas, por exemplo, para ser verdadeiramente popular (e lucrativa), tem de constituir uma combinação complexa de questões reais e de alternativas aos estereótipos vigentes, sempre de modo cauteloso, sem jamais comprometer o equilíbrio da sociedade, que permanece patriarcal.

Na cultura popular moderna, os conceitos globais são localizados de acordo com os

modelos e expectativas vigentes para as mulheres locais. Prevalece o ideal da beleza, da família, do *status* sustentado no consumo, como bases da identidade social atribuída à mulher. Na publicidade e na ficção comumente dirigidas ao público feminino, a ligação entre felicidade, família, beleza e amor é explícita. E, uma vez mais, descobrimos aqui a dicotomia interior/exterior (lar *versus* mundo), onde aquele continua a ser supervisionado pela mulher. As narrativas publicitárias e ficcionais populares reforçam a hegemonia de gênero devido às estratégias de não confrontação em que se sustentam. Ou seja, as mulheres já não cumprem o estereótipo porque é seu dever e destino num sistema patriarcal; elas agora fazem-no – alegadamente de livre vontade – para cumprir os critérios de sucesso feminino impostos pelo *status*. As dicotomias assim criadas são causa e consequência desses discursos e representações, fazendo-os parecer naturais e indiscutíveis. Não esqueçamos que Derrida demonstrou como a construção de uma identidade é sempre baseada na exclusão e na hierarquização dos pares dicotômicos resultantes, como nos binómios “masculino/feminino”, “branco/negro” ou “civilizado/selvagem”. O segundo termo é assim reduzido à função de acessório, de suplemento, em oposição à essencialidade do primeiro. Por exemplo, o conceito de “escrita feminina”, que por si só já é um estereótipo paternalista, cria uma dicotomia com a “escrita masculina”, definida como “a escrita”, um termo que não necessita de qualificativo, ou seja, que é essencial, referente à humanidade em geral.

Os Estudos de Gênero e o Feminismo em geral têm sido vistos como uma oposição aos homens, ao invés de um esforço no sentido da emancipação da mulher, algo que se tornaria obsoleto a partir do momento em que a mulher entra no mercado de trabalho. Nada mais falacioso. A independência económica da mulher não garante sequer a ausência de violência de gênero, nomeadamente por parte de empregadores, familiares e companheiros. A dependência emocional, a vergonha, a indiferença da sociedade, a manutenção do estatuto e a aceitação do infortúnio como destino são fatores que impõem o silêncio, sempre que a violência acontece na esfera privada. Torna-se evidente que o empoderamento da mulher traduz-se de formas diferentes em espaços e tempos diferentes, como resultado de fatores culturais, religiosos, económicos, políticos, sociais, e também de circunstâncias individuais. Contudo, por muito que os Estudos de Gênero reflitam sobre as experiências quotidianas das mulheres sob todas essas circunstâncias, as ideias por si só não são suficientes para pressionar o estado e a sociedade de forma eficaz. Por outras palavras: a emancipação tem de ser apercebida não só como algo que vem da própria mulher, em formas individuais de resistência quotidiana, mas também como

uma estratégia de ação, implementada tanto por governos como por instituições, e aceite (e praticada) pela sociedade em geral.